



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2º TRIMESTRE

2016



Av. Pedro Freitas, 2100 - Centro Administrativo
Teresina-PI - CEP: 64018-900
Tel.: (86) 3215-3800
Email: tce@tce.pi.gov.br

PRESIDENTE

Luciano Nunes Santos

VICE-PRESIDENTE

Olavo Rebelo de Carvalho Filho

CONSELHEIROS

Abelardo Pio Vilanova e Silva

Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Kléber Dantas Eulálio

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Alisson Felipe de Araújo

PROCURADORES DE CONTAS JUNTO AO TCE/PI

PROCURADOR GERAL

Plínio Valente Ramos Neto

PROCURADORES

José Araújo Pinheiro Júnior

Raïssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Leandro Maciel do Nascimento

Márcio André Madeira de Vasconcelos

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Antonio Sobral Veloso Filho

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Anna Augusta de Carvalho Gonçalves Nunes Reis

ÓRGÃOS EXECUTIVOS DE PRIMEIRO NÍVEL

DIRETORIA PROCESSUAL

Ítalo de Brito Rocha

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Marta Fernandes de Oliveira Coelho

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Antônio Ricardo Leão de Almeida

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADM. MUNICIPAL

Vilmar Barros Miranda

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADM. ESTADUAL

Maria Valéria Santos Leal

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E
SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Francisco José Soares Fernandes

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE ATOS DE
PESSOAL, APOSENTADORIAS E PENSÕES

Alex Sandro Lial Sertão

SECRETARIA DAS SESSÕES

Ana Teresa Ribeiro da Silveira

ELABORAÇÃO

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – APGE



APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar à Assembleia Legislativa do Piauí e ao cidadão o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado (TCE) referente ao 2º trimestre de 2016, em cumprimento ao disposto no art. 86, § 3º, da Constituição Estadual.

Atento às suas atribuições constitucionais e atrelado às diretrizes estabelecidos no Plano Estratégico institucional 2016-2019, este Tribunal estabeleceu, no trimestre, diversas ações para atingir sua visão de futuro - ser reconhecida como uma instituição de excelência, célere e comprometida com a defesa do erário e da boa governança.

O relatório evidencia os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de controle da gestão pública de forma cada vez mais eficiente, eficaz e efetivo, em benefício da sociedade.

As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela equipe APGE a partir dos dados e informações enviados pelas unidades desta Corte.

Conselheiro Luciano Nunes Santos
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí



SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ | 06 |
| 1.1. Competência e Jurisdição | 06 |
| 1.2. Identidade Organizacional | 07 |
| 2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO..... | 09 |
| 3. ÓRGÃOS COLEGIADOS | 21 |
| 4. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS | 24 |
| 5. PRESIDÊNCIA..... | 25 |
| 6. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO | 28 |
| 6.1. Controle no âmbito Estadual..... | 28 |
| 6.2. Controle no âmbito Municipal..... | 30 |
| 6.3. Fiscalização em Obras Públicas | 32 |
| 6.4. Atos de Pessoal para fins de registro | 35 |
| 7. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO..... | 36 |
| 8. CONTROLE PROCESSUAL | 37 |
| 9. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS..... | 38 |
| 9.1. Resultado Orçamentário e Financeiro | 38 |
| 9.2. Gestão de Pessoas..... | 40 |
| 9.3. Gestão Patrimonial e de Serviços..... | 43 |
| 9.4. Gestão de Licitações e Contratos | 46 |
| 10. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO | 51 |

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ



1.1. Competência e Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí foi criado em 1891, através da primeira Constituição Republicana Estadual (art. 98) e regulamentado pela Lei nº 210, de 01 de julho de 1899, assinada pelo então Governador do Piauí Raimundo Arthur de Vasconcelos. Foi o primeiro Tribunal de Contas a ser instalado no Brasil, precedido apenas pelo Tribunal de Contas da União.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Qualquer pessoa física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigados a lhe prestar contas.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 86 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei nº 4721/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal de Contas em fiscalizar o



cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Teresina e jurisdição em todos os órgãos e entidades das administrações direta, indireta e fundacional dos municípios e do Estado do Piauí, compõe-se de sete conselheiros, quatro conselheiros substitutos, cinco procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

1.2. Identidade Organizacional

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores.

- **MISSÃO:**

Exercer o controle externo, mediante orientação, fiscalização e avaliação da gestão dos recursos públicos, visando a sua efetiva aplicação em prol da sociedade.

- **VISÃO:**

Ser reconhecida como uma instituição de excelência, célere e comprometida com a defesa do erário e da boa governança.

- **VALORES:**

Compromisso: estar comprometido com a identidade organizacional (negócio, missão, visão e valores);

Ética: agir de acordo com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Celeridade: atuar com agilidade na execução dos atos de controle externo;



Transparência: agir com clareza e dar publicidade aos atos de controle externo;

Qualidade: garantir a eficiência e a eficácia do controle externo;

Modernidade: adotar métodos, técnicas e tecnologias modernos;

Efetividade: Atingir os resultados propostos e solucionar os problemas existentes, com eficácia e eficiência, mediante ações, projetos e planos desenvolvidos para essa finalidade.



2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

Além do realizado em cada setor, alocado em campos específicos deste relatório, destacam-se, a seguir, outras ações desta Corte no período de abrangência deste relatório:

No início do trimestre, em 5 de abril, este TCE-PI, lançou oficialmente o programa Saúde, Educação e Responsabilidade Social (SER TCE), embasado na Política de Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania, regulamentada pela Resolução do TCE nº 26, de 30 de julho de 2015. Partindo da premissa de que o servidor é peça fundamental e indispensável ao bom funcionamento da instituição, além do fato de a expectativa de vida do brasileiro ter aumentado ao longo dos anos, o programa busca incentivar e disponibilizar ferramentas para melhorar a qualidade de vida do servidor, motivando-o a exercer com maior zelo e satisfação as suas atividades, envolvendo uma série de ações nas áreas de saúde, prática física e desportiva, responsabilidade social e cidadania.

Na ocasião, foi ministrada palestra por Estela Rosa Biancardi, coordenadora do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT), versando sobre a experiência exitosa do programa em Cuiabá. A coordenação do programa local tem realizado iniciativas internas para promover uma transformação comportamental entre os servidores desta Corte de Contas, tais como a distribuição de canecas e blocos de anotação como estímulo a práticas sócio e ambientalmente corretas, disponibilização na intranet de link de vídeo de ginástica laboral, duas sessões semanais de ginástica laboral com exercícios de alongamento e relaxamento para os servidores, palestra com a nutricionista Dilina Marreiro, professora-doutora da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sobre mudanças de hábitos alimentares e combate à obesidade, dentre inúmeras outras ações educativas e preventivas.

Ainda em abril, o Superintendente da Previdência do Piauí, Marcos Steiner, visitou o Tribunal de Contas do Piauí para apresentar Termo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Estado, através da Secretaria Estadual de Administração e Previdência (SeadPrev), e esta Corte, o que se deu ainda no trimestre. Em suma, o



Termo objetiva o compartilhamento de informações para a concessão de aposentadorias, pensões e outros benefícios dos servidores da Corte de Contas, visando, sobretudo, consolidar a Superintendência de Previdência do Piauí (Suprev) como unidade gestora da previdência dos servidores públicos estaduais, estabelecendo a uniformização de todas as aposentadorias do Estado e reforçando o compromisso com a transparência e fiscalização dessa Instituição.

Em meados deste mesmo mês, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) implantou o Sistema de Emissão de Relatórios de Contas Anuais Estaduais (Serca), que agilizará o processo de análise de contas e padronizará as informações das auditorias de todos os órgãos e entidades da Administração Estadual. O programa também dará mais qualidade aos relatórios emitidos pelos Auditores de Controle Externo, permitindo gerar um banco de dados para pesquisa, análise de gestão e futuras auditorias. O sistema foi desenvolvido pelos auditores de controle externo Fábio Cordeiro, da Diretoria de Tecnologia de Informação do TCE-PI (DTIF), e Liana Melo, da Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE), com a participação das demais divisões da DFAE.

Os auditores de controle externo do TCE-PI José Inaldo de Oliveira e Silva e Vilmar Barros Miranda representaram esta Corte em três seminários realizados nos dias 11, 12 e 14 de abril, nos municípios de Picos, Floriano e Piri-piri, respectivamente, organizados pela Confederação Nacional de Municípios – CNM, em parceria com a Associação Piauiense de Municípios – APPM, promovendo palestras com o fito de orientar os gestores sobre os cuidados a serem tomados no fim dos mandatos, observadas as vedações impostas pela Lei Eleitoral e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O evento “Medidas de Fim de Mandato” teve apoio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, da Associação dos Municípios da Micro-Região do Médio Parnaíba – AMPAR e do Consórcio Regional Planície Litorânea - COREDEPI.

A partir de 13 de abril o TCE-PI iniciou processo para seleção de artigos com temática relacionada à Administração Pública e Controle Externo dos Atos do Poder Público para publicação da 20ª edição da Revista do TCE, a ser lançada por ocasião das comemorações de aniversário desta Corte, no segundo semestre.



Ainda dentro de sua missão orientadora e de capacitação da sociedade, este Tribunal recebeu, em 14 de abril, um grupo de 40 estudantes da disciplina Direito Administrativo do Instituto Camillo Filho, que, além da visita física, acompanharam parte da sessão do Pleno de julgamento de contas e outros processos. Foram recebidos e saudados pelos Conselheiros e Procuradores, tendo o Conselheiro-Substituto Jaylson Campelo apresentado noções básicas sobre as atribuições e o funcionamento desta Corte, a sua missão constitucional, as atribuições do MPC, os tipos de decisão proferidos pelo Pleno, o bloqueio de contas de órgãos públicos e seus efeitos, assim como diversas explicações sobre outros termos técnicos aqui aplicados.

Em 15 de abril, esta Corte sediou Jornada Científica, evento promovido pelo Instituto Rui Barbosa – IRB, voltado à capacitação em temas de interesse do controle externo, com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho dos Tribunais de Contas e discutir a melhoria da gestão pública, cujo tema central foi a Eficiência da Gestão e Indicadores. Na ocasião, participaram como palestrantes o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), e o presidente do Instituto Rui Barbosa e do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG), Sebastião Helvécio, respectivamente sobre os temas “Índice Geral de Governança e Federação” e “Rede Nacional de Indicadores Públicos: “A Importância da Gestão Municipal”.

Através da Escola de Gestão e Controle (EGC), realizaram-se, no trimestre, as edições dos XXVIII e XIX Seminários de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante do Tribunal de Contas do Piauí, respectivamente no município de Castelo do Piauí, nos dias 28 e 29 do mês de abril, e em União, entre os dias 11 e 12 de junho. Os eventos destinaram-se a prefeitos, vereadores, secretários e conselheiros municipais, representantes de entidades da sociedade civil e profissionais liberais, incluindo-se, nas respectivas programações, palestras sobre práticas eleitorais, noções de boa governança e cidadania e controle social das administrações públicas, além de minicursos sobre prestações de contas, licitações e execução de obras públicas, dentre outros. A realização de várias edições desse seminário objetiva aprimorar o conhecimento dos gestores municipais sobre o



exercício da responsável eficiente gestão e do efetivo controle da Administração Pública.

A Associação dos Auditores Fiscais de Controle Externo e Assessores Jurídicos do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), com o apoio desta Corte e em comemoração ao Dia do Auditor de Controle Externo, promoveu, no dia 27 de abril, palestra motivacional com a líder *coach* Marília Fiuza, consultora em gestão e planejamento de Fortaleza (CE), que abordou sobre motivação, esforço no trabalho e ativismo social para mostrar que as mudanças são produto de iniciativas e ação individual, seja na vida pessoal, social ou no trabalho.

No período de 01 a 06 de maio, 55 servidores deste Corte participaram das VI Olimpíadas dos Tribunais de Contas do Mercosul, realizada em Foz do Iguaçu (PR), disputando mais de 20 modalidades nas categorias feminina e masculina, tendo se classificado no quarto lugar geral, com a conquista de 17 medalhas ao todo, sendo seis de ouro, quatro de prata e sete de bronze, totalizando 1.110 pontos no torneio. A competição, promovida pela Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, contou com a presença de mais de mil participantes, entre brasileiros e argentinos, e teve como objetivo primordial promover a integração, através do intercâmbio desportivo, entre os servidores dos Tribunais de Contas do Brasil e dos países do Mercosul.

O Tribunal de Contas realizou o cadastramento de seus servidores ativos, pensionistas e aposentados no período de 23 de maio a 03 de junho na Escola de Gestão e Controle, na sede do TCE, integrando o censo previdenciário realizado pelo Governo do Estado. A ideia é atualizar e consolidar o Cadastro Nacional de Informações Sociais dos Regimes Próprios de Previdência Social, um sistema unificado contendo as informações previdenciárias de todos os servidores públicos do país e cuja implementação visa melhorar a qualidade dos dados cadastrais, combater fraudes, eliminar distorções e assegurar aos servidores benefícios como aposentadoria, auxílio-doença, salário-maternidade e salário-família.

Importante salientar que em 13 de maio esta Corte disponibilizou o relatório individual de autoavaliação sobre Governança Pública e Governança e Gestão das



Aquisições 2014. O levantamento faz parte de um acordo de cooperação entre o Tribunal de Contas da União e mais 28 TCs brasileiros e tem por objetivo obter e sistematizar informações sobre a situação da governança pública e da governança e gestão das aquisições em âmbito nacional, de modo a identificar pontos vulneráveis que possam merecer maior atenção para aperfeiçoamento, além de incentivar melhorias na administração pública em todo o país.

Entre 17 e 20 de maio, membros desta Corte, os Conselheiros Kléber Dantas, Lílian Martins e Waltânia Alvarenga, participaram do II Seminário Ibero-Americano de Direito e Controle na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. O evento, com organização do Instituto Rui Barbosa (IRB), Instituto de Direito Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (IDB/FDUL), Tribunal de Contas de Portugal e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) teve como público alvo os Tribunais de Contas Brasileiros e dos Países Ibero-americanos, gestores públicos e operadores do Direito. A delegação brasileira foi recebida no Salão Científico da FDUL por seu Diretor, Prof. Doutor Pedro Romano Martínez, que destacou o papel do IRB na realização do Seminário. O Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, Presidente do Instituto de Direito Brasileiro na Faculdade de Direito de Lisboa, palestrou na abertura do evento sobre o tema "O combate à corrupção pela prevenção jurídica".

O presidente do TCE-PI Luciano Nunes foi homenageado na noite do dia 19 de maio com a Medalha do Mérito Defensorial, em alusão às comemorações do Dia do Defensor Público. A honraria foi entregue pelo Subdefensor Público do Estado do Piauí, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis. Por indicação do colegiado, também receberam a medalha na categoria honorífica, além do presidente do TCE-PI, o secretário de Estado da Administração e Previdência, Franzé Silva, e o deputado estadual Robert Rios.

Durante a entrega da Medalha, houve o Lançamento do Plano Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Piauí 2016/2020, que, no entender da Defensora Pública Geral, Francisca Hildeth Evangelista, define as diretrizes capazes de concretizar a missão da Defensoria, sobretudo garantir ao vulnerável assistência



jurídica integral e gratuita, judicial e extrajudicial, assegurando os seus direitos humanos.

A Secretária Estadual de Educação, Rejane Dias, fez ao final de maio uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), acompanhada do Superintendente de Gestão da Seduc, Hélder Jacobina, para tratar especialmente de projetos e programas educacionais desenvolvidos pela pasta no Estado que utilizam ferramentas tecnológicas para ajudar no desenvolvimento de atividades educacionais e na melhoria do ensino e do aprendizado dos alunos. Também participaram da reunião a Conselheira Waltânia Alvarenga e o Conselheiro Substituto Jackson Veras.

Tomou posse em 30 de maio o novo procurador-geral do Ministério Público de Contas do Piauí, Plínio Valente, em sessão especial no auditório do Tribunal de Contas, presidida pelo Presidente do TCE-PI, Conselheiro Luciano Nunes Santos, e reuniu os Conselheiros e conselheiros-substitutos do Tribunal, servidores, familiares do empossado e autoridades dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo do Estado. A escolha foi realizada pelo Governador Wellington Dias em abril deste ano, para o biênio 2016/2017, tendo o novo Procurador-Geral assumido oficialmente a partir de 01 de junho, em substituição ao Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

Por sua vez, o procurador José Araújo Pinheiro Júnior foi empossado em 13 de junho no cargo de Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas do Piauí (MPC-PI), para novo mandato de dois anos (biênio 2016/2018). Ele já exercia essas funções desde 2014, tendo recebido convite para a recondução pelo Procurador-Geral do MPC-PI, Plínio Valente. A posse ocorreu no gabinete da presidência do Tribunal de Contas do Estado, com o termo de posse sendo assinado pelo empossado, pelo Procurador-Geral Plínio Valente e pelo presidente do TCE-PI, Conselheiro Luciano Nunes Santos. Estavam presentes o conselheiro substituto Jackson Veras e o procurador do MPC-PI Leandro Maciel.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), conselheiro Luciano Nunes Santos, recebeu em 3 de maio a visita do Procurador-Geral de Justiça do



Estado, Cleandro Alves de Moura. Os dois discutiram medidas de cooperação técnica e de combate a atos de improbidade administrativa, além de aprofundar parcerias já existentes entre os órgãos. Ressalte-se a importância da sintonia existente hoje entre os dois órgãos para a obtenção de um resultado mais efetivo na fiscalização e controle das contas públicas. Também participaram da reunião os conselheiros Olavo Rebelo e Kléber Eulálio e a diretora da Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE), Maria Valéria Santos Leal.

O Tribunal de Contas decidiu implantar no Piauí o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), ferramenta instituída pelo IRB e que medirá a efetividade da gestão a partir da avaliação da aplicação dos recursos públicos e outros indicadores das prefeituras municipais. A proposta foi apresentada ao presidente da APPM, Arinaldo Leal, durante reunião no Tribunal de Contas, devendo os gestores municipais preencher questionários virtuais entre os dias 15 de junho e 15 de julho, nas áreas de Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Cidades Protegidas e Governança em Tecnologia da Informação. Os resultados darão a oportunidade ao gestor de correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do seu planejamento e integrarão um banco de dados nacionais, que será consolidado a partir de 15 de setembro.

No dia 27 de junho, a convite do prefeito Arinaldo Leal, presidente da APPM (Associação Piauiense de Municípios) entidade, membros e servidores deste TCE, participaram da assembleia-geral extraordinária realizada no auditório da entidade e que reuniu dezenas de prefeitos de todo o Estado. Além de Luciano Nunes, participaram do evento o conselheiro-substituto Jaylson Campelo, o procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC-PI), Plínio Valente, e o diretor da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (DFAM), Vilmar Barros, que apresentaram e explicaram aos prefeitos medidas e procedimentos que esta Corte passou a adotar junto às prefeituras, como ao bloqueio de contas por atraso nas prestações de contas, a fiscalização concomitante nos municípios e a implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), reforçando o contato mais direto e mais próximo entre este TCE e os prefeitos.



A Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil, em parceria com a Associação dos Auditores Fiscais de Controle Externo e Assessores Jurídicos do TCE-PI, lançou a Revista “Controle Externo Brasileiro em Revista” no TCE-PI, no dia 22 de junho, na Escola de Gestão e Controle (EGC), com a participação do presidente da Fenastc, Amauri Perusso e demais autoridades da Casa e servidores. A revista se propõe a debater como tornar os Tribunais de Contas um instrumento efetivo no combate à corrupção e outras irregularidades que assolam o setor público do País, alcançando os servidores dos 34 tribunais, tendo como principal tema a independência da função do auditor de controle externo na fiscalização dos recursos públicos, visando à efetividade da gestão pública.

Os órgãos que compõem a Rede de Controle da Gestão Pública no Piauí se reuniram em 17 de junho, no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), para discutirem ações e compartilharem informações e procedimentos nas fiscalizações e investigações que estão em andamento nos diversos órgãos. Participaram representantes do TCE-PI, do Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União e do Estado, Ministério Público Federal, Estadual e Eleitoral, Polícia Federal e Tribunal de Justiça. Foram apresentadas informações sobre processos em andamento nas áreas de regime próprio de previdência, fiscalização concomitante do TCE-PI, eleições municipais e sobre a rede de inteligência que alimenta os diversos órgãos de informações privilegiadas sobre as administrações públicas.

Criada em 2009, a Rede de Controle atua conjuntamente nas ações de controle da administração pública e compartilha informações e dados das ações individuais de cada órgão. O objetivo, segundo explicou o secretário da Rede, Paulo Sérgio Castelo Branco, é otimizar o trabalho de fiscalização e melhorar os resultados do controle externo por meio da integração das ações.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) aprovou por unanimidade, em 20 de junho, em Plenário, proposta para que a Eletrobrás Distribuição Piauí encaminhe ao órgão os valores devidos pela companhia às prefeituras municipais, referentes à Cosip (Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública).



A proposta foi levantada pelo conselheiro Kléber Eulálio, que argumentou que a Eletrobrás Piauí encaminha ao TCE-PI relatórios de dívidas das prefeituras para com a distribuidora para que os dados entrem na análise das prestações de contas dos municípios. Por conta das dívidas com a Eletrobrás, as prefeituras podem até ter suas contas julgadas irregulares, lembrando, porém, que a Eletrobrás também tem dívidas com as prefeituras porque muitas vezes não repassa aos municípios os valores correspondentes à Cosip.

A Cosip é uma contribuição instituída pelas prefeituras e aprovada pelas câmaras municipais. É cobrada na conta de energia elétrica para que as prefeituras possam investir na ampliação de iluminação pública, manutenção e pagamento do consumo. A arrecadação é feita pela Eletrobras, que deve repassar os valores correspondentes aos municípios. Muitas vezes, porém, essa transferência não é feita e a dívida fica acumulada na distribuidora.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) intensificou, no trimestre, fiscalizações concomitantes em todos os municípios piauienses, para verificar in loco a aplicação dos recursos do orçamento de 2016. Segundo a Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (DFAM), mais de 80 municípios já foram visitados pelos auditores de controle externo, que verificam contratos, licitações, pagamentos e se os serviços ou produtos adquiridos estão funcionando e sendo entregues corretamente. O grande objetivo é corrigir eventuais ações administrativas no momento em que elas se desenvolvem, evitando práticas ilegais e desvios, contribuindo, por consequência, para a melhoria da gestão municipal, com vistas a assegurar que os recursos sejam utilizados com eficiência e probidade, de forma a atender às necessidades da população.

A fiscalização concomitante foi aprovada em novembro do ano passado pelo Pleno do TCE-PI e começou a ser executada em abril deste ano. O presidente do TCE-PI, conselheiro Luciano Santos Nunes, diz que a principal vantagem da fiscalização concomitante é que ela ocorre no momento em que os recursos estão sendo aplicados. Assim, eventuais indícios de irregularidades podem ser detectados e os desvios evitados antes que ocorram. Segundo ele, a iniciativa atende à ideia do



TCE-PI de promover a ação preventiva como forma de evitar irregularidades e valorizar a boa gestão.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) convocará a Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado (Sasc) e a Prefeitura de Teresina para propor um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) sobre a responsabilidade pelos sepultamentos de corpos indigentes e/ou não identificados na capital. A Corte de Contas vai ainda autorizar a Sasc a custear o sepultamento dos corpos que se encontram no Instituto Médico Legal (IML). As decisões saíram da sessão plenária do dia 22 de junho, a partir de proposta do conselheiro-substituto Jackson Veras. O objetivo é solucionar emergencialmente o problema dos 51 corpos que estavam se amontoando no IML à espera de sepultamento, situação classificada de “absurda” e “desumana” por todos os conselheiros presentes na sessão desta quinta-feira. Os corpos não estavam sendo sepultados porque houve um impasse entre a Sasc e a Prefeitura quanto à responsabilidade pelo custeio das urnas funerárias. Ao mesmo tempo, propôs que a Prefeitura fosse notificada para se organizar financeiramente a fim de assumir o custeio do serviço. As propostas foram aprovadas pelo Pleno

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a Procuradoria Regional Eleitoral do Piauí vão desenvolver ações conjuntas e compartilhar informações para coibir abusos dos candidatos e pré-candidatos a cargos eletivos nas eleições municipais de outubro próximo. O acordo de cooperação técnica foi discutido em reunião do procurador-regional eleitoral do Piauí, Israel Gonçalves, com auditores de controle externo do TCE-PI, em 25 de junho.

O foco da atuação do Ministério Público, segundo Israel Gonçalves, é apurar e coibir práticas vedadas aos agentes públicos na pré-campanha e, especialmente, o uso de dinheiro não contabilizado, ou Caixa 2, na campanha eleitoral. A reunião foi com os auditores de controle externo José Inaldo de Oliveira, Diego Reis e Lineu Lima. José Inaldo Oliveira, que coordena o Núcleo de Gestão Estratégica da Informação (Nugei) do TCE-PI, disse que o órgão vai fornecer informações sobre os municípios e gestores públicos do Estado, que possam subsidiar o trabalho de investigação do Ministério Público Federal.



A ideia é dar mais eficácia e efetividade às investigações e fundamentar ações posteriores contra os candidatos que incorrerem em abusos e atos de corrupção. Inaldo explicou que a iniciativa segue a filosofia de trabalho da Rede de Controle da Gestão Pública, formada por vários órgãos de fiscalização e controle externo, como o TCE, MPF, Tribunal de Contas da União e Polícia Federal, para compartilhar informações e desenvolver ações conjuntas para investigar, denunciar e coibir desvios, corrupção e outros crimes na gestão pública.

Israel Gonçalves adiantou que o Ministério Público Eleitoral está reunindo elementos para denunciar prefeitos e outros gestores públicos por propaganda eleitoral antecipada e outras irregularidades na pré-campanha e na campanha eleitoral. Ele disse que orientou os promotores eleitorais do interior a intensificar a vigilância nos municípios e formular denúncias em caso de descumprimento da legislação. Para ele, as informações do TCE-PI serão fundamentais para direcionar os trabalhos e fundamentar eventuais denúncias e ações judiciais.

Em 30 de junho, o TCE-PI apreciou, em Sessão Plenária, o relatório final do processo de auditoria operacional da Junta Comercial do Estado (JUCEPI), exercício 2015. Relatado pela conselheira Waltânia Alvarenga, o processo foi instalado diante da dificuldade de aquisição em informações do órgão. A auditoria teve como objetivo avaliar o desempenho da Junta no que diz respeito à sua missão institucional, apontando os desvios, as falhas, assim como apresentar proposta de melhoria para a oferta de um serviço de qualidade.

De acordo com o relatório e o parecer do Ministério Público de Contas, foram expedidas trinta e duas recomendações que determinam aos responsáveis pelo órgão, como o chefe do Poder Executivo, a melhoria das instalações prediais, de equipamentos e sistemas de informática, além disso, a realização de concurso público e a destinação de recursos para o aprimoramento de ações voltadas ao acesso à informação e transparência.

Já ao Poder Legislativo foi determinada a criação, no âmbito da Comissão Técnica de Infraestrutura e Política Econômica, de uma subcomissão para



acompanhar e contribuir com processo de modernização da JUCEPI, servindo de elo entre o órgão e o parlamento estadual.

Segundo o relatório aprovado em Plenário, a direção da Junta ficará responsável pelo envio, ao TCE-PI, de forma oportuna, todos os documentos essenciais à prestação de contas mensal e anual, conforme a legislação em vigor; promover ações voltadas ao combate à corrupção e lavagem de dinheiro; acelerar a digitalização do acervo de documentos, bem como outras medidas.

Além disso, foi acordada a celebração de um acordo de cooperação técnica com a Junta Comercial; além do encaminhamento ao TCE-PI o relatório do cumprimento das recomendações determinadas pela Corte de Contas.

A Junta Comercial deverá elaborar um Plano de Ação, o qual deverá ser apresentado ao Tribunal no prazo de sessenta dias, contendo o cronograma de adoção das medidas necessárias à implementação das respectivas recomendações e determinações constantes do relatório.

3. ÓRGÃOS COLEGIADOS

Compete à Secretaria das Sessões – SS acompanhar as atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal. A partir de seu relatório estatístico, extrai-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

- Decisões proferidas pelos colegiados

| DOCUMENTOS EMITIDOS | TOTAL |
|-----------------------|------------|
| Acórdão | 777 |
| Parecer | 83 |
| Resolução | 2 |
| Projeto sem Resolução | 0 |
| TOTAL | 862 |

- Decisões proferidas por tipo de parecer

| PARECER | TOTAL |
|------------------------|-----------|
| Aprovação | 3 |
| Aprovação c/ Ressalvas | 57 |
| Reprovação | 23 |
| TOTAL | 83 |

- Processos julgados por órgão deliberativo

| ÓRGÃOS | SESSÕES | PROCESSOS |
|-----------------|-----------|------------|
| Plenária | 11 | 192 |
| Primeira Câmara | 10 | 85 |
| Segunda Câmara | 11 | 89 |
| TOTAL | 32 | 366 |

- Processos julgados por tipo

| PROCESSOS JULGADOS | TOTAL |
|---|------------|
| Aposentadoria | 11 |
| Pensão | 3 |
| Admissão de Pessoal | 16 |
| Prestação de Contas | 105 |
| Consulta | 7 |
| Pedido de Reexame/Recurso/Embargo/Agravo Regimental/Pedido de Revisão | 109 |
| Outros | 115 |
| TOTAL | 366 |

- Processos apreciados por Relator

| RELATORES | PROCESSOS JULGADOS |
|--------------------|--------------------|
| Abelardo Vilanova | 44 |
| Kennedy Barros | 39 |
| Waltânia Alvarenga | 53 |
| Olavo Rebêlo | 26 |
| Lilian Martins | 33 |
| Kleber Eulálio | 30 |
| Jaylson Campelo | 58 |
| Delano Câmara | 23 |
| Jackson Veras | 36 |
| Alisson Araújo | 20 |
| TOTAL | 362 |
| Sem Relator | 4 |
| TOTAL | 366 |

- Decisões monocráticas

| RELATORES | PROCESSOS APRECIADOS |
|--------------------|----------------------|
| Abelardo Vilanova | 53 |
| Kennedy Barros | 56 |
| Waltânia Alvarenga | 69 |
| Olavo Rebêlo | 65 |
| Lilian Martins | 67 |
| Kleber Eulálio | 78 |
| Jaylson Campelo | 60 |
| Delano Câmara | 52 |
| Jackson Veras | 71 |
| Alisson Araújo | 58 |
| TOTAL | 629 |

- Certidões solicitadas por jurisdicionados

| ATIVIDADES DESEMPENHADAS | TOTAL |
|--------------------------|------------|
| Apreciação de Contas | 567 |
| Inativação | 8 |
| Trânsito em Julgado | 15 |
| Diversas | 21 |
| TOTAL | 611 |



- Controle de multas

| ATIVIDADES DESEMPENHADAS | TOTAL |
|---|--------------|
| Certidões expedidas | 620 |
| Parcelamento de dívidas | - |
| Montantes de multa enviados | 623 |
| Cancelamento ou transferência de multa | 04 |
| Boletos de multas enviados | 248 |
| Processos de cobrança de multa abertos | - |
| Processos encaminhados à Procuradoria Geral do Estado | - |
| Processos enviados à Presidência para fazer decisão de encaminhamento para P.G.E. | - |
| TOTAL | 1.495 |



4. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PROCURADORES: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO (PROCURADOR-GERAL), JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR (SUBPROCURADOR-GERAL), RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA, LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO e MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS.

| .Nº | ASSUNTO | PROCURADORES | | | | | | | | | | TOTAL | | SALDO 30.06.16 |
|--------------------|---|--------------|------|--------|------|--------|------|---------|------|--------|------|-------|------|-------------------|
| | | RAÍSSA | | PLÍNIO | | JÚNIOR | | LEANDRO | | MÁRCIO | | Entr | Saíd | |
| 1.0 | TRAMITAÇÃO PROCESSOS/PARECERES | Entr | Saíd | Entr | Saíd | Entr | Saíd | Entr | Saíd | Entr | Saíd | Entr | Saíd | |
| 1.1 | Benefício (Inativação e Pensão) | 170 | 162 | 187 | 189 | 195 | 191 | 179 | 159 | 20 | 19 | 751 | 720 | 37 |
| 1.2 | Admissão de Pessoal | 07 | 03 | 12 | 11 | 7 | 7 | 07 | 04 | 02 | 02 | 35 | 27 | 09 |
| 1.3 | Prest.Ctas.Prefeituras/Aut.Esp./Tom.Contas | 23 | 11 | 28 | 28 | 22 | 23 | 34 | 24 | 37 | 32 | 144 | 118 | 76 |
| 1.4 | Prest.Ctas.Órgãos/Aut.Esp./Tom.Contas | 20 | 11 | 14 | 19 | 17 | 10 | 14 | 10 | 17 | 10 | 82 | 60 | 50 |
| 1.5 | Denúncia/Representação | 34 | 36 | 51 | 61 | 39 | 34 | 63 | 54 | 22 | 23 | 209 | 208 | 30 |
| 1.6 | Recurso/Pedido Reexame/Pedido Revisão | 30 | 20 | 22 | 22 | 31 | 32 | 27 | 23 | 24 | 15 | 134 | 112 | 31 |
| 1.7 | Consulta | - | - | 02 | 02 | 01 | 01 | 02 | 02 | - | - | 05 | 05 | - |
| 1.8 | Sol.Auditoria/Aud.Operacional/Contr./Convênio | 01 | - | 02 | 02 | 02 | 01 | 03 | - | 05 | - | 13 | 03 | 11 |
| 1.9 | Proc. Adm./Sindic./Resol./Solic./Inc.Processual | - | - | 05 | 06 | 02 | - | - | - | 03 | - | 10 | 09 | 03 |
| TOTAL (1.1 a 1.9) | | 285 | 243 | 323 | 340 | 316 | 299 | 329 | 276 | 130 | 104 | 1378 | 1262 | 242 |
| 2.0 | PROCEDIMENTOS INICIADOS PELO MPC | RAÍSSA | | PLÍNIO | | JÚNIOR | | LEANDRO | | MÁRCIO | | TOTAL | | |
| 2.1 | Representação | - | - | 14 | - | 06 | - | 40 | - | 35 | - | 95 | - | |
| 2.2 | Recurso Interposto/Pedido de Revisão | 20 | - | 24 | - | 25 | - | 25 | - | 02 | - | 96 | - | |
| 2.3 | Memorando de Encaminhamento de Denúncias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| 2.4 | Reun.Instituc./Reun.Admin./Aud.Gestor/Evento | - | - | 06 | - | 01 | - | 02 | - | 07 | - | 17 | - | |
| 2.5 | Recomendação/Convênio/Ato de Cooperação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| 2.6 | Ofícios Enviados a Órgãos Externos | - | - | 03 | - | - | - | - | - | 12 | - | 15 | - | |
| 2.7 | Proposta de Alteração de Legislação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| 2.8 | Incidente de Inconstitucionalidade | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| 2.9 | Prop. Adm/Prop. de Orient. Jurisprudencial | - | - | 02 | - | - | - | - | - | - | - | 02 | - | |
| 2.10 | Pedido de Inspeção | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| TOTAL (2.1 a 2.10) | | 20 | - | 49 | - | 32 | - | 67 | - | 56 | - | 225 | - | |

5. PRESIDÊNCIA

Destaca-se abaixo o quantitativo dos principais documentos emitidos pela Presidência no período:

| PRESIDÊNCIA | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE |
|-----------------------------------|---------------------|-------------|
| Chefia de Gabinete da Presidência | Portaria | 01 |
| | Decisão Monocrática | 02 |
| Consultoria Técnica | Informação | 10 |
| | Parecer | 45 |
| Secretaria da Presidência | Ofício | 922 |
| | Portarias | 264 |
| TOTAL | | 1244 |

- Planejamento Estratégico

Conforme informado no Relatório de Atividades anterior, o TCE-PI formulou o Plano Estratégico para o período 2016-2019 consolidado em 78 ações que visam alavancar a qualidade e a celeridade de suas atividades e, em especial, atender as expectativas da sociedade.

Compete à Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – APGE coordenar e fomentar o Planejamento Estratégico do Tribunal, além de exercer atividades correlatas. Destacam-se abaixo as principais atividades desenvolvidas pela APGE no trimestre:

| ATIVIDADES |
|---|
| Gerenciamento da execução das ações do Plano Estratégico |
| Coordenação da elaboração dos planos de ação referentes às atividades que compõem o Plano Estratégico |
| Início do projeto de Redesenho dos Processos do TCE-PI – área finalística: mapeamento, fixação de prazo de início e fim de cada etapa do processo e manualização dos procedimentos do processo de Prestação de Contas |
| Início do projeto de Redesenho dos Processos do TCE-PI – área staff: mapeamento, fixação de prazo de início e fim de cada etapa do processo e manualização dos procedimentos do processo de Planejamento |
| Início do projeto de Redesenho dos Processos do TCE-PI – área de suporte: mapeamento, fixação de prazo de início e fim de cada etapa do processo e manualização dos procedimentos do processo de Compras |
| Acompanhamento dos indicadores e metas estratégicas |
| Reunião de Gerenciamento dos Planos de Ação |

- Informações Estratégicas

O Núcleo de Gestão de Informações Estratégicas – NUGEI tem a finalidade de exercer a atividade especializada de produzir conhecimentos que permitam às autoridades competentes, nos níveis estratégicos, tático e operacional, adotar decisões que resultem em aumento de efetividade das ações de controle externo e realizar ações que exijam a utilização de métodos e técnicas de investigação de ilícitos administrativos. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE |
|---|------------|
| Relatórios e/ou outros meios de apoio ao controle externo | 23 |
| Relatórios em andamento | 11 |
| Auditorias/Inspeções/Diligências | 2 |

Outras atividades desenvolvidas:

| ATIVIDADES |
|--|
| Realização de treinamento aos servidores e membros do GAECO/MPE-PI |
| Participar, como palestrante, do evento XXX Seminário de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante em FRONTEIRAS – Piauí - EGC/NUGEI |
| Participar, como palestrante, do evento XXIX Seminário de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante em União – Piauí - EGC/NUGEI |
| Participação no Evento “MEDIDAS DE FIM DE MANDATO” em Picos, Floriano e Piri-piri – CNM/APPM - NUGEI/DFAM |
| Apresentação prática do sitio do TCE/PI na Internet, <i>link por link</i> , com informações sobre suas correspondentes utilizações para a produção de conhecimentos e, ainda, apresentação dos sistemas internos (<i>reports</i>) disponibilizados para o MPE/PI através do convênio celebrado PICOS/PI - NUGEI/DFAM |
| Participar de Reunião Técnica da Rede Infocontas, conforme convocação constante no Of. Circular n. 00006-SSA/2016/Atricon, e, ainda, participar de visita técnica no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para conhecimento de boas práticas. |
| Participação em reunião sobre transparência pública na sede do MPF e posterior elaboração de informações sobre o tema |
| Informações prestadas à CGU/PI |
| Compartilhamento de informações ao MPE/PI |
| Fornecimento de informações a outras Unidades do TCE/PI |
| Atendimento presencial a autoridades e cidadãos que procuraram a unidade |

- Comunicação Institucional

A Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado do Piauí visa prioritariamente informar aos seus públicos sobre as ações e o trabalho executado pela instituição, ampliando o grau de conhecimento dos cidadãos sobre a Corte e disseminando a importância social e pública do Controle Externo.

Compete à Assessoria de Comunicação Social a divulgação institucional do TCE-PI apropriada para:

- Jurisdicionados - informações de caráter técnico;
- Público Interno - dados e informações de caráter funcional;
- Público Externo - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário, social e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na tabela a seguir, destaca-se a Assessoria de Comunicação em números no período:

| ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE |
|---|------------|
| Releases | 43 |
| Postagens nas redes sociais | 38 |
| Criação de artes gráficas | 68 |
| Visualizações no site do TCE | 460.374 |
| Alcance das publicações nas redes sociais | 114.982 |

A Revista do TCE foi lançada em 1974 e publica artigos científicos dentro das áreas de atuação dos Tribunais de Contas. Neste período, o grupo responsável pela elaboração e edição da Revista dedicou-se, sob a Coordenação da Assessoria de Comunicação Social, à reunião de material e elaboração do próximo número a ser lançado.



6. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

6.1. Controle no âmbito Estadual

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades do Estado, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

| ITEM | ASSUNTO | DIRETORIA | DFAE I | DFAE II | DFAE III | DFAE IV | DFAE V | TOTAL |
|------|--|-----------|--------|---------|----------|---------|--------|-------|
| 01 | Inspeções/Auditorias realizadas | - | 06 | 14 | 19 | - | 07 | 46 |
| 02 | Relatórios emitidos de Auditorias | - | 16 | 36 | 19 | - | 07 | 78 |
| | Relatórios emitidos de Auditorias(Estoques 2014) | | 02 | 02 | - | 01 | - | 05 |
| 03 | Relatórios emitidos de solicitação de informações | - | 01 | 07 | 02 | 01 | 12 | 23 |
| 04 | Relatórios emitidos de denúncias | - | 01 | - | 01 | 03 | 03 | 08 |
| 05 | Relatórios emitidos de Tomada de Contas Especial | | - | - | 02 | - | - | 02 |
| 05 | Relatórios emitidos de Contraditórios de Tomada de Contas Especial | - | - | - | - | - | - | - |
| 06 | Relatórios emitidos de recursos/pedidos de cancelamento de multa | - | - | - | - | 02 | - | 02 |
| 07 | Relatórios de processos reinformados | | | | | - | - | 01 |
| 09 | Relatórios emitidos de Representação | - | - | - | - | 01 | - | 01 |
| 10 | Relatórios emitidos de | - | - | - | - | 81 | 08 | 89 |



| | | | | | | | | |
|----|---------------------------------|---|--|--|--|---|--|----|
| | contraditórios | | | | | | | |
| 11 | Ofícios respondidos | - | - | 01 | 04 | 01 | - | 06 |
| 12 | Certidões emitidas | - | - | - | - | 02 | - | 02 |
| 13 | Retorno de processos | | - | - | - | 01 | - | 01 |
| 14 | Outras atividades desenvolvidas | <p>1. Atendimento a diversos técnicos de vários órgãos Estaduais;</p> <p>2. Esclarecimentos de dúvidas aos jurisdicionados estaduais, pelo telefone e por email;</p> <p>3. Participações de Reuniões da Rede de Controle;</p> <p>4. Treinamento de servidores para utilização do SERCA;</p> <p>5. Planejamento das atividades para o exercício de 2016;</p> <p>6. Treinamento sobre a fiscalização estadual para servidores do Tribunal que ingressaram nos quadros do TCE no último ano.</p> | <p>1 Desenvolvimento, treinamento e implantação do SERCA;</p> <p>2 Pesquisas em diários Oficiais sobre licitações e contratos;</p> <p>3 Consultas ao SIAFEN/infofolha/SISCON por solicitação de outros setores do TCE;</p> | <p>1. Participação em Reunião do conselho Estadual da Saúde;</p> <p>2. Participação em Audiência Pública no MPE;</p> <p>3. Atendimento aos jurisdicionados, em especial a SESAPI quanto ao acompanhamento das prestações de contas dos hospitais E Coordenações do interior.</p> | <p>1. Preparação de minuta para o Termo de Ajustamento de Gestão entre TCE/SASC/PMT;</p> <p>2. Pesquisas em diários oficiais sobre licitações e contratos;</p> <p>3. Consulta ao Infolha por solicitações de outros setores deste TCE.</p> <p>4. Resposta a Notas de alerta;</p> | <p>1 Levantamento do excesso de arrecadação nos Diários Oficiais do Estado;</p> <p>2. Acompanhamento da legislação estadual publicada nos Diários Oficiais do Estado no segundo trimestre de 2016;</p> <p>3. Esclarecimento de dúvidas aos jurisdicionados estaduais;</p> <p>4. Análise do Balanço Geral do Estado;</p> <p>5. Acompanhamento dos demonstrativos da LRF.</p> | <p>1. Pesquisas em Diários Oficiais sobre licitações, contratos, acompanhamento de despesas, suplementações/anulações orçamentária;</p> <p>2. Solicitações diversas de escaneamento de documentos comprobatório dos achados e respectivas conferências.</p> <p>3. Controle de processos (conferência e organização de documento digitalizados ou sua numeração em relatórios e processos em geral).</p> <p>4. Participação em cursos por parte dos servidores veteranos e os que ingressaram nos quadros do TCE no último ano.</p> | |



6.2. Controle no âmbito Municipal

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades dos Municípios, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

| ITEM | ASSUNTO | DIRETORIA | DFAM I | DFAM II | DFAM III | DAFM IV | DFAM V | DFAM VI | DFAM VII | TOTAL |
|------|---|-----------|--------|---------|----------|---------|--------|---------|----------|-------|
| 01 | Prestações de contas em andamento ou finalizadas | - | 02 | - | 13 | 43 | 07 | 06 | 06 | 77 |
| 02 | Inspeções/Auditorias em andamento ou finalizadas | - | 19 | - | 06 | 16 | 15 | 20 | - | 76 |
| 03 | Relatórios de prestações de contas | - | 04 | - | 01 | 06 | 01 | 02 | 06 | 20 |
| 04 | Relatório de contraditório | - | 03 | 89 | 01 | - | 04 | 01 | - | 98 |
| 05 | Relatórios de denúncias/representações | - | 08 | - | 01 | - | - | 04 | 01 | 14 |
| 06 | Relatórios emitidos de tomada de contas/autuação especial | - | - | - | 02 | - | - | - | - | 02 |
| 07 | Relatórios emitidos de recursos | - | - | 09 | - | - | - | - | - | 09 |
| 08 | Relatórios de processos reinformados | - | - | - | 01 | - | 07 | 01 | - | 09 |
| 09 | Relatórios de Auditorias/ Inspeções | - | - | 04 | - | 01 | - | - | - | 05 |
| 10 | Relatórios de consultas | - | - | 04 | - | - | - | - | - | 04 |
| 11 | Relatórios de acompanhamento de licitações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 12 | Análise de processos licitatórios | - | 13 | - | - | - | 64 | - | - | 77 |
| 13 | Ofícios respondidos | 69 | 18 | - | 02 | 09 | 11 | 05 | - | 114 |
| 14 | Certidões emitidas | 53 | 02 | - | 01 | 02 | - | 02 | - | 60 |
| 15 | Processos desentranhados | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 16 | Diligências – Concomitante de Fiscalização | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 17 | Inspeção <i>in Loco</i> – Concomitante de Fiscalização | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 18 | Análise do Contraditório de processos de Denúncias/Inspeção/Retorno | - | - | 12 | - | - | - | - | - | 12 |
| 19 | Relatórios Complementares | - | 02 | - | - | - | - | 01 | - | 03 |



| | | | | | | | | | | |
|----|---|-----|----|---|----|----|----|----|----|------------|
| 20 | Análise concomitante (quantidade de municípios monitorados) | - | 41 | - | 41 | 54 | 41 | 41 | 42 | 260 |
| 21 | Relatório do contraditório- Concomitante de Fiscalização | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 22 | Emissão de alertas – Concomitante de Fiscalização | 246 | - | - | - | - | - | - | - | 246 |

Obs.:1) Análise concomitante incluiu as seguintes atividades:

- Monitoramento das publicações oficiais no Diário Oficial dos Municípios;
- Monitoramento das movimentações bancárias nos sistemas do Banco do Brasil;
- Monitoramento da documentação enviada via sistema Documentação Web (homologar/rejeitar/comunicar);
- Monitoramento dos avisos de licitações no sistema Licitações Web.

2) Outras atividades desenvolvidas pela Diretoria e Divisões Técnicas: Atendimento ao público, tramitação de processo no sistema de protocolo, instrução processual, assessoramento aos sistemas eletrônicos (SAGRES, Licitações Web e Documentações Web), elaboração de Manual de Procedimentos, treinamento para realização de monitoramento.

6.3. Fiscalização em Obras Públicas

Compete à Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DFENG desenvolver atividades de controle relacionadas à aplicação de recursos públicos em obras e serviços de engenharia a cargo dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

- Relatórios finalizados:

| PROCESSO | ENTE PÚBLICO INTERESSADO | CLASSIFICAÇÃO | ANO |
|----------------|---|--|------|
| TC/015185/2013 | BARRAS | RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (ref. TC-E-22266/12) | 2011 |
| TC/013091/2015 | GUARIBAS - Força Tarefa Popular | CONTRADITÓRIO (DENÚNCIA) | 2015 |
| TC/002084/2015 | TERESINA | DENÚNCIA | 2015 |
| TC/003142/2015 | TERESINA | DENÚNCIA | 2015 |
| TC/003144/2015 | TERESINA | DENÚNCIA | 2015 |
| TC/003146/2015 | TERESINA | DENÚNCIA | 2015 |
| TC/016795/2015 | SEINFRA | CONTRADITÓRIO | 2014 |
| TC/020781/2015 | NOVO SANTO ANTÔNIO | RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (TC-E-014928/2012) | 2011 |
| TC/018194/2013 | TERESINA | REPRESENTAÇÃO | 2013 |
| TC/018976/2015 | UNIÃO | CONTRADITÓRIO | 2014 |
| TC/02865/2013 | SÃO BRAZ | DENÚNCIA | 2013 |
| TC/014392/2015 | SÃO JOÃO DO ARRAIAL | DENÚNCIA | 2008 |
| TC/004557/2015 | VÁRZEA BRANCA | CONTRADITÓRIO (Denúncia) | 2013 |
| TC/014289/2015 | FUESPI | DENÚNCIA | 2015 |
| TC/012644/2015 | SETUR – Centro de Convenções | CONTRADITÓRIO | 2015 |
| TC/005973/2016 | SEMDUH (Monitoramento LP THE) | ORDINÁRIO | 2016 |
| TC/053139/2012 | SETRANS | CONTRADITÓRIO (Análise Complementar) | 2012 |
| TC/05030/2013 | PEDRO LAURENTINO | CONTRADITÓRIO (REPRESENTAÇÃO) | 2010 |
| TC/018523/2015 | GUADALUPE | CONTRADITÓRIO | 2014 |
| TC/019266/2015 | GUADALUPE | CONTRADITÓRIO | 2015 |
| TC/010676/2016 | IDEPI- PARTE I - Obra 2 (Beneditinos e Prata) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| TC/008297/2016 | IDEPI- PARTE I - Obra 3 (Redenção do Gurguéia) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| TC/010678/2016 | IDEPI - PARTE I - Obra 6 (Monsenhor Gil e Miguel Leão) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| TC/006937/2016 | IDEPI- PARTE I - Obra 7 (São Félix) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| TC/00938/2016 | IDEPI - PARTE I - Obra 8 (Elesbão Veloso) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| TC/006940/2016 | IDEPI - PARTE II - Obra 10 (Angical) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| TC/011703/2016 | IDEPI - PARTE II - Obra 9 (Piripiri a Batalha) e Parte II – Obra 18 (Piripiri: PI-110 à PI-111) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |

- Relatórios em andamento:

| PROCESSO | ENTE PÚBLICO INTERESSADO | CLASSIFICAÇÃO | ANO |
|----------------|--------------------------|---------------------------|---------------|
| TC/012080/2015 | SETRANS | TOMADA DE CONTAS ESPECIAL | 2013/ 2015 |

| PROCESSO | ENTE PÚBLICO INTERESSADO | CLASSIFICAÇÃO | ANO |
|------------------|---|---|---------------|
| TC/015332/2015 | SETRANS | DENÚNCIA (PROCEDÊNCIA: DEP. ROBERT RIOS) | 2015 |
| TC/002747/2013 | CURRAIS | DENÚNCIA | 2013 |
| TC/014289/2015 | FUESPI | CONTRADITÓRIO | 2015 |
| TC/018538/2015 | BELÉM DO PIAUÍ | DENÚNCIA | 2015 |
| TC/008255/2015 | SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA | DENÚNCIA (CÓPIA) | 2014 |
| TC/007707/2015 | SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA | DENÚNCIA | 2013 |
| TC/010980/2015 | DETRAN (Pedro II) | DENÚNCIA | 2015 |
| TC/019547/2014 | DIRCEU ARCOVERDE | DENÚNCIA | 2013 |
| TC/002431/2015 | COLÔNIA DO GURGUÉIA | DENÚNCIA | 2014 |
| TC/016743/2014 | SEINFRA | REPRESENTAÇÃO (P.M. de São Miguel do Fidalgo) | 2008 |
| TC/02826/2013 | PAJEÚ DO PIAUÍ | DENÚNCIA | 2014 |
| TC/018524/2015 | ESPERANTINA | CONTRADITÓRIO | 2014 |
| TC/001852/2015 | PALMEIRA DO PIAUÍ | DENÚNCIA | 2014 |
| TC/004975/2016 | DER | DENÚNCIA | 2015 |
| TC/006674/2016 | IDEPI - PARTE I - Obra 5 (Milton Brandão a Juazeiro) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| TC/006752/2016 | IDEPI - PARTE II - Obra 4 (Hugo Napoleão a São Gonçalo) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| (*) | IDEPI - PARTE II - Obra 9 (Palmeiras a São Pedro) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| (*) | IDEPI - PARTE II - Obra 12 (Sto Antº dos Milagres/Jardim do Mulato) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| TC/011650/2016 | IDEPI - PARTE II - Obra 13 (Campo Maior / José de Freitas) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| TC/006941/2016 | IDEPI - PARTE II - Obra 16 (São Pedro) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| (*) | IDEPI - PARTE II - Obra 21 (São Gonçalo) | TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014) | 2014 |
| TC/018986/2014 | IDEPI – CGE Nº43/14 (São Gonçalo) | REPRESENTAÇÃO | 2014 |
| TC/021751/2015 | SÃO JOÃO DA CANABRAVA | REPRESENTAÇÃO (MPC-PI) | 2015 |
| (*) | SETRANS | CONCOMITANTE – Ponte JK | 2016 |
| TC/004600/2016 | DER | DENÚNCIA | 2013 |
| TC/014781/2016 | SEC. DA SEGURANÇA PÚBLICA | DENÚNCIA | 2014 |
| TC/005366/2016 | SECID | CONTRADITÓRIO | 2014 |
| TC/004004/2016 | FLORIANO | CONTRADITÓRIO | 2014 |
| TC-E-007427/2011 | AGESPISA- MANUTENÇÃO DE REDE | ANOP (Fase: Sumário Executivo) | 2006/ 2014 |
| TC-E-031529/2007 | LIMPEZA PÚBLICA | AUDITORIA TEMÁTICA (Fase: Relatório Final) | 2007/ 2014 |
| (*) | OBRAS RODOVIÁRIAS (VICINAIS) | AUDITORIA TEMÁTICA (Fase: Relatório Final) | 2013 |
| TC-E-039541/2012 | ACESSIBILIDADE | ANOP (Não iniciada) | 2012/ 2014 |
| TC-E-035683/2010 | AGESPISA – ÁGUA PURA | ANOP | 2011 |

(*) Processos sem numeração - inspeção iniciativa da DFENG (programação anual). Concluindo os relatórios será feita atuação e enviado ao Relator do Exercício para ser analisado junto com a prestação de contas anual.

- Outras atividades desenvolvidas:

| ATIVIDADES |
|--|
| 1. Finalização eletrônica de documentos |
| 2. Homologação do recebimento de documentos |
| 3. Atendimento ao público externo |
| 4. Fornecimento de informações a outras Unidades Técnicas do TCE |



ATIVIDADES

5. Apoio ao Desenvolvimento de Atividades para atualização do *ObrasWeb*
6. Participação de 01 (um) Auditor no curso Programa de Gestão Avançada (APG) no período de 09 a 10 de Junho em Teresina
7. Participação de 01 (um) Auditor na 2ª Reunião Técnica da Rede Nacional de Indicadores Pública no período de 30/05/2016 a 02/06/2016 no TCU em Brasília, promovida pelo Instituto Rui Barbosa
8. Participação de toda Equipe Técnica da DFENG no curso de Análise Gráfica de Obras de Infraestrutura denominado Civil 3D, na Escola de Contas, no período de 12/04/16 a 11/05/16 e 12/05/16 a 10/06/16, respectivamente
9. Apoio ao Planejamento de obras a serem contratadas pelo TCE/PI
 - 9.1 Acompanhamento do procedimento licitatório destinado a viabilizar a contratação da empresa que está elaborando os projetos de modernização das instalações físicas do Edifício Sede do TCE/PI
 - 9.2 Acompanhamento da execução do contrato destinado a viabilizar a elaboração dos projetos de modernização das instalações físicas do Edifício Sede do TCE/PI
10. Estudos para elaboração e aquisição de um laboratório móvel de ensaios de materiais utilizados em obras rodoviárias

6.4. Atos de Pessoal para fins de registro

Compete à Diretoria de Fiscalizações de Atos de Pessoal - DFAP, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, analisar, através da Divisão de Registro de Atos de Pessoal, a legalidade dos atos concessórios de aposentadorias; dos atos concessórios de pensões por morte; dos atos concessórios de transferências para a reserva remunerada; dos atos concessórios de reformas; dos atos de retificação; dos atos de cancelamento de aposentadorias; dos concursos públicos; dos atos de admissão de pessoal civil e militar; das reversões realizadas pelos jurisdicionados; além de exercer outras atividades ordenadas pela Presidência.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo dos processos de concessão de:

- a) Aposentadorias;
- b) Pensões;
- c) Transferências para reserva remunerada;
- d) Reformas;
- e) Atos de retificação;
- f) Admissão de pessoal.

| DFAP | SAÍDA ABRIL | SAÍDA MAIO | SAÍDA JUNHO |
|---------------------------|----------------|---------------|----------------|
| Estoque - Benefícios | 44 | 69 | 113 |
| Tempestivo - Benefícios | 74 | 64 | 47 |
| Concomitante – Benefícios | 111 | 114 | 49 |
| Diligência – Benefícios | 15 | 17 | 9 |
| Estoque - Admissões | 0 | 0 | 0 |
| Tempestivo - Admissões | 1 | 0 | 0 |
| Concomitante - Admissões | 3 | 4 | 8 |
| Contraditório - Admissões | 12 | 2 | 14 |

7. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação – DTIF gerenciar as atividades ligadas à tecnologia da informação, prestando todo o apoio necessário ao funcionamento do Tribunal nesta área. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

| ATIVIDADES |
|--|
| Manutenção do sagres folha 2015 e sagres contábil 2015 |
| Implantação do sistema de AR digital |
| Continuação do projeto da nova versão do sistema RHWeb |
| Continuação do desenvolvimento do novo sistema de Documentação WEB |
| Continuação do desenvolvimento do novo sistema de licitações WEB |
| Elaboração do plano de ação para desenvolvimento do sistema de controle de sessões e acompanhamento de decisões em parceria com a Universidade Estadual do Piauí |
| Elaboração do plano de ação para desenvolvimento do sistema de coleta de publicações do diário oficial do TCE em parceria com a Universidade Estadual do Piauí |
| Manutenção evolutiva e corretiva do sistema de geração de relatórios da DFAE (SERCA) |
| Elaboração do plano de ação para desenvolvimento do sistema de geração de relatórios do Contraditório, da Engenharia e do Ministério Público de Contas em parceria com a Universidade Federal do Piauí |
| Implantação de nova rede WIFI com aumento de velocidade e com estrutura para atender a um número de usuários bastante superior à solução antiga |
| Elaboração de termo de referencia para aquisição de novos servidores de rede para atender demanda novos sistemas e soluções desta corte |
| Elaboração de termo de referencia para aquisição de novo equipamento de Firewall e VPN |
| Realização de melhorias e correções do sistema de processo eletrônico em produção |
| Início de reformulação do novo site desta corte |
| Manutenção do portal de divulgação de dados dos jurisdicionados |
| Elaboração de rotinas de apoio ao núcleo de inteligência |
| Suporte aos jurisdicionados na utilização do sistema de prestação de contas eletrônico, controle de licitações, documentação WEB e cadastro de gestores |
| Manutenção corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa dos sistemas internos: Licitações, Sagres, Documentação, Cadastro de Gestores, Controle de sessões, Pagamentos, PCE, Serca, Orçamentos, Protocolo, Almoxarifado, Portal na NET, Patrimônio, Biblioteca e Auditoria na Folha de Pagamentos do Executivo Estadual e subsistema de controle de multas, bem como, da rede instalada e do servidor de internet (LINUX) |
| Manutenção do Portal de serviços do TCE-PI na internet |
| Manutenção de equipamentos do TCE-PI. |
| Suporte aos usuários internos. |

8. CONTROLE PROCESSUAL

A Diretoria Processual – DP é o órgão coordenador e supervisor das atividades relacionadas com o recebimento, controle e acompanhamento de documentos e processos encaminhados ao Tribunal, além de outras atribuições. Durante o segundo trimestre foram recebidos e digitalizados 2.830 documentos/processos, conforme estatística de documentos protocolados elencados na tabela a seguir:

| DOCUMENTOS | QUANTIDADE |
|---|--------------|
| Consultas | 4 |
| Denúncia | 51 |
| Inspeção/ Inspeção Extraordinária | 13 |
| Inativação (Aposentadoria, Pensão, Transferência p/ reserva remunerada, Ato de Retificação, Revisão de Proventos) | 552 |
| Representação | 155 |
| Pedido de Revisão | 7 |
| Recurso de Reconsideração | 83 |
| Embargos de Declaração | 7 |
| Requerimentos Administrativos | 1858 |
| Achados da DFAE e DFAM | 100 |
| TOTAL | 2.830 |

- Outras atividades desenvolvidas:

ATIVIDADES

1. Atualização do cadastro de gestores municipais do exercício de 2016;
2. Atividade contínua de protocolo, triagem, digitalização e validação de documentos e processos;
3. Emissão de 2.625 postagens solicitadas por diversos setores do TCE/PI;
4. Realização de 960 ofícios de citação/notificação;
5. Emissão de 474 certidões.
6. Digitalização de documentos oriundos de unidades técnicas do TCE/PI;
7. Apoio a outras unidades do TCE/PI nas atividades relacionadas ao processo eletrônico;
8. Portal do jurisdicionado em fase de teste nesta Diretoria;
9. Apoio à Diretoria de Informática nas atualizações do Sistema e-TCE e na implementação do AR digital.

9. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Diretoria Administrativa tem a seu cargo o planejamento, a coordenação, a execução e a supervisão das atividades de administração orçamentária, financeira, de pessoal, patrimônio e de serviços gerais, além de outras decorrentes da natureza do órgão ou determinadas pelo Presidente.

9.1. Resultado Orçamentário e Financeiro

Compete à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira do Tribunal, compreendendo toda a despesa consignada a esta Corte no Orçamento Geral do Estado, observadas as regras emanadas dos órgãos centrais de administração orçamentária e financeira, bem como tratar dos demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais atividades desenvolvidas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Orçamento

| ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | | QUANTIDADE |
|--------------------------------------|--|------------|
| Emissão de Notas de Empenho | | 697 |
| Realização de Reservas Orçamentárias | | 61 |
| TOTAL | | 758 |

| DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | R\$ |
|--|----------------------------------|---------------|
| I | - Dotação Orçamentária Inicial | 82.156.881,77 |
| II | - Suplementação de Dotação | 1.000.000,00 |
| III | - Disponibilidade Orçamentária | 83.156.881,77 |
| IV | - Despesa Empenhada | 28.470.563,46 |
| V | - Saldo dos Créditos Disponíveis | 54.686.318,31 |
| VI | - Despesa Liquidada | 28.382.492,98 |
| VII | - Saldos dos Empenhos a Liquidar | 3.517.064,93 |

| DEMONSTRATIVO FINANCEIRO | | R\$ |
|----------------------------------|--|----------------------|
| INGRESSOS | | |
| Saldo Anterior | | 6.364.061,08 |
| Receita Orçamentária | | 26.616.234,92 |
| Recebimentos Extra-Orçamentários | | 264.442,63 |
| TOTAL | | 33.244.738,63 |
| DISPÊNDIOS | | |
| Despesas Orçamentárias | | 27.385.955,47 |
| Pagamentos Extra-Orçamentários | | 618.274,33 |
| Saldo Disponível | | 5.240.508,83 |
| TOTAL | | 33.244.738,63 |

- Atividades executadas pela Seção de Finanças

| ATIVIDADE | QUANTIDADE |
|---|--------------|
| Emissão de Nota de Lançamento – NL | 448 |
| Realização de Programação de Desembolso – PD | 320 |
| Emissão de Ordem Bancária (OB) com a execução da PD | 320 |
| Emissão de Guia de Recebimento | 022 |
| Emissão de Relação Externa – RE para o BB | 056 |
| Realização de pagamento de Restos a Pagar | 018 |
| TOTAL | 1.184 |
| Números de processos recebidos | 302 |
| Números de processos pagos | 313 |
| TOTAL | 615 |

| MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA | R\$ | |
|---|----------------------|----------------------|
| Saldo Do Trimestre | Anterior | Atual |
| BANCO DO BRASIL / CONVÊNIO C/C 9303-3 | 1.922.608,18 | 1.984.520,25 |
| BANCO DO BRASIL C/C 82530-1 | 4.030.924,12 | 2.836.930,67 |
| BANCO DO BRASIL / F M T C - 2 C/C 114.565-7 | 5.128.724,11 | 4.184.731,74 |
| BANCO DO BRASIL / CONV. SEFAZ C/C 9484-6 | 409.581,66 | 419.057,91 |
| BANCO DO BRASIL/CONV/GOV. PI C/C 9602-4 | 0,00 | 0,00 |
| BANCO DO BRASIL/CONV/GOV. PI C/C 9712-8 | 947,12 | 0,00 |
| BANCO DO BRASIL/FMTC C/C 9850-7 | 0,00 | 1.291.813,90 |
| BANCO DO BRASIL/FMTC C/C 9851-5 | 0,00 | 1.291.813,90 |
| TOTAL | 11.492.785,19 | 12.008.868,37 |

- Atividades executadas pela Seção de Contabilidade

| ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE |
|---|------------|
| Realização de Conformidade diária nos processos | 720 |
| Análise de processos de Suprimentos de Fundo – processos analisados | 12 |
| TOTAL | 732 |

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS - FMTC

No tocante ao fundo de modernização do Tribunal de Contas – FMTC, criado pela Lei nº 4.768/95, verificou-se durante o trimestre a seguinte movimentação:

| MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA | R\$ |
|--|---------------------|
| A Saldo Anterior – C/C. 114.565-7 | 5.128.724,11 |
| B Ingressos | 5.701.116,81 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 211.865,90 |
| Multas aplicadas | 2.555.963,49 |
| Prestação de serviços (xerox, certidões, etc). | 12.229,17 |
| Recebimentos Extra-Orçamentários | 2.921.058,25 |
| C Dispêndios | 4.061.481,38 |
| Despesa Orçamentária | 992.212,71 |
| Pagamentos Extra-Orçamentários | 3.069.268,67 |
| Saldo atual (A+B-C) | 6.768.359,54 |

9.2. Gestão de Pessoas

Compete à Divisão de Gestão de Pessoas – DGP desenvolver as atividades de administração de pessoal, compreendendo assuntos como recrutamento e seleção, registros funcionais, estudos e pareceres sobre direitos e deveres do servidor, folha de pagamento e seus consectários, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, progressão funcional e promoção, aposentadorias, pensões e demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo de registros de Atos de Pessoal realizados no período:

- Registros de Atos de Pessoal

| ATOS/PORTARIAS | QUANTIDADE |
|--|-------------------|
| Nomeações para cargos em comissão | 8 |
| Nomeações para cargos efetivos | 2 |
| Exonerações de cargos em comissão | 5 |
| Exonerações de cargos efetivos | 1 |
| Dispensas de cargo em comissão | 4 |
| Designações para cargo em comissão | 7 |
| Concessões de aposentadoria | 0 |
| Licenças prêmios concedidas | 8 |
| Licenças para capacitação | 4 |
| AFASTAMENTOS DE SERVIDORES | QUANTIDADE |
| Licenças (Médicas, Eleitoral, Nojo, Paternidade) | 111 |
| Licenças maternidade | 0 |
| UTILIZAÇÃO DE RECESSO NATALINO | QUANTIDADE |
| Conselheiros | 1 |
| Conselheiros substitutos | 1 |
| Procuradores do MPC | 0 |
| Servidores | 12 |
| FÉRIAS CONCEDIDAS | QUANTIDADE |
| Conselheiros | 9 |
| Conselheiros substitutos | 6 |
| Procuradores do MPC | 4 |
| Servidores | 202 |
| SUSPENSÕES DE FÉRIAS CONCEDIDAS | QUANTIDADE |
| Conselheiros | 1 |
| Conselheiros substitutos | 2 |
| Procuradores do MPC | 0 |
| Servidores | 43 |
| ABONOS DE PERMANÊNCIA CONCEDIDOS | QUANTIDADE |
| Conselheiros | 0 |
| Conselheiros substitutos | 0 |
| Procuradores do MPC | 0 |
| Servidores | 6 |
| TOTAL | 434 |

- Outras atividades desenvolvidas:

| ATENDIMENTOS DE DEMANDAS ADMINISTRATIVAS | QUANTIDADE |
|--|--------------|
| Informações | 121 |
| Portarias | 215 |
| Certidões | 14 |
| Memorandos | 15 |
| Declarações | 50 |
| Ofícios | 136 |
| Cartão Magnético de Ponto | 06 |
| Licenças Médicas | 946 |
| Despachos DGP | 123 |
| Despachos Recebidos | 113 |
| Mapa de tempo de serviço | 11 |
| TOTAL | 1.750 |

Na tabela a seguir, destacam-se os principais registros de Atos Clínicos realizados no período:

- Atividades executadas pela Seção de Serviços Integrados de Saúde

| SERVIÇO AMBULATORIAL | QUANTIDADE |
|--|------------|
| Verificação de pressão arterial | 71 |
| Dispensação de medicamentos | 77 |
| Curativo | 02 |
| TOTAL | 150 |
| Pacientes Atendidos | 150 |
| SERVIÇO MÉDICO | QUANTIDADE |
| Consultas | 134 |
| Atestado médico | 51 |
| Renovação de Receitas | 97 |
| Verificação de pressão arterial | 11 |
| Exame Admissional | 17 |
| Solicitação de exames | 04 |
| Encaminhamentos | 04 |
| Organização de Insumos/ Controle de Validade/ Gerenciamento de Pedidos | 02 |
| Elaboração de Relatório de Atividades Mensais | 03 |
| TOTAL | 323 |
| Pacientes Atendidos | 242 |
| Homologação Atestado Médico de Servidores | 307 |
| SERVIÇO ODONTOLÓGICO | QUANTIDADE |
| Restauração | 143 |
| Profilaxia | 46 |
| Exodontia | 08 |
| Aplicação de Flúor | 12 |
| Semiologia | 06 |
| RX | 30 |
| Tartarectomia | 33 |
| Outros | 40 |
| Organização de Insumos/ Controle de Validade/ Gerenciamento de Pedidos | 06 |

| | |
|--|-------------------|
| Elaboração de Relatório de Atividades Mensais | 06 |
| TOTAL | 330 |
| Pacientes Atendidos | 226 |
| SERVIÇO FISIOTERAPÊUTICO | QUANTIDADE |
| Prevenção | 60 |
| Tratamento | 513 |
| Tens | 441 |
| Ultrassom | 270 |
| EPI | 23 |
| Bandagem | 92 |
| Ondas Curtas | 19 |
| Terapia Manual | 177 |
| Fisioterapia Respiratória | 04 |
| Outros | 401 |
| Elaboração de Relatório de Atividades Mensais | 05 |
| TOTAL | 2.005 |
| Pacientes Atendidos | 496 |
| ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | QUANTIDADE |
| Emissão de parecer | 307 |
| Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial | 10 |
| Gerenciamento de Pedidos (acompanhamento de materiais) | 10 |
| Comunicação Interna | 09 |
| Coordenação de Programa ou Evento de SQVCT | 06 |
| Elaboração de Relatório de Atividades Mensais | 06 |
| TOTAL | 348 |

9.3. Gestão Patrimonial e de Serviços

Compete à Divisão de Patrimônio e Serviços Gerais – DPSG as atividades de gestão patrimonial, de administração dos serviços de limpeza e de conservação predial, elaboração de Termos de Referência, Projetos Básicos, projetos de obras, de reformas, de instalações e seus respectivos orçamentos, documentos complementares visando ao perfeito funcionamento das instalações prediais; as atividades de reprografia de processos e de documentos; de copeiragem e de atividades correlatas.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades executadas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Almoxarifado

| ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | QUANTIDADE |
|---|-------------------|
| Requisições de Material (RM) atendidas | 732 |
| Requisições de Material (RM) canceladas | 00 |
| Suprimentos de Fundo Finalizados | 02 |
| Notas fiscais recebidas com Material de Consumo | 15 |
| Notas fiscais recebidas com Material Permanente | 03 |
| TOTAL | 752 |
| Valor total das Notas Fiscais (R\$) | 748.545,84 |

- Atividades executadas pela Seção de Transportes

| ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | R\$ |
|---|-------------------|
| Aquisição de Combustíveis e lubrificantes | 12.734,18 |
| Aquisição de peças e serviços | 10.881,00 |
| Renovação de Documento de Veículos | - |
| Renovação Apólices Seguro Veículos | - |
| TOTAL | 23.615,18 |
| ATIVIDADES GERENCIAIS | QUANTIDADE |
| Rotas em Teresina e Região Metropolitana | 430 |
| Rotas Intermunicipais | 52 |
| Municípios Visitados | 117 |
| Quilômetros Rodados | 47.879 |
| Suprimentos de Fundo Finalizados | 06 |

- Atividades executadas pela Seção de Manutenção

| ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | QUANTIDADE |
|-----------------------------------|-------------------|
| Contratos fiscalizados | 04 |
| Suprimentos de Fundo finalizados | 02 |
| Serviços Prestados | 329 |
| Atestos Efetuados | 15 |
| TOTAL | 350 |
| Serviços Solicitados | 472 |

| SERVIÇOS GRÁFICOS | QUANTIDADE |
|-------------------|------------|
| Fotocópias | 109.516 |
| Encadernações | 64 |

- Atividades executadas pela Seção de Controle de Patrimônio

| ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | QUANTIDADE |
|--|------------|
| Atendimento Interno de Transferências de Bens | 144 |
| Emissão de Termo de Responsabilidade | 53 |
| Controle de Documentos/Processos no e-TCE | 16 |
| Rotinas patrimoniais (aquisição) | 06 |
| Rotinas patrimoniais (Desfazimento) | - |
| TOTAL | 219 |
| EMIÇÃO DE TOMBAMENTO – BENS NOVOS | QUANTIDADE |
| Bens Móveis Mobiliários | 607 |
| Equipamentos De Informática | 94 |
| Bens De Escritório Duráveis | - |
| Equipamentos | 05 |
| Eletrodomésticos / Eletrônicos | 05 |
| TOTAL | 711 |
| BAIXA DE BENS - BENS PARA DOAÇÃO/PERMUTA/CESSÃO/DESCARTE | QUANTIDADE |
| Bens Móveis Mobiliários | - |
| Equipamentos De Informática | - |
| Bens De Escritório Duráveis | - |
| Equipamentos | - |
| Eletrodomésticos / Eletrônicos | - |
| TOTAL | |

- Atividades executadas pela Seção de Arquivo Geral

| ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | QUANTIDADE |
|--|--------------|
| Atendimento de solicitações escritas | - |
| Correspondências Internas expedidas | 003 |
| Correspondências Internas recebidas | 005 |
| Atendimento com retorno à Presidência | 006 |
| Recebimento e controle de processos | 1.004 |
| Atendimento avulso fornecendo portarias a aposentados e pensionistas do Estado e dos municípios. | 265 |
| TOTAL | 1.283 |
| PROCESSOS ENCAMINHADOS AOS ÓRGÃOS DE ORIGEM | QUANTIDADE |
| Recurso | - |
| Denúncia | - |
| Representação | - |
| Embargos/Agravo e Inspeção | - |
| Prestação de Contas Estaduais e Municipais | 140 |
| Tomada de Contas | - |
| Processos de Aposentadorias e Pensões | - |
| Processos de Admissão de Pessoal | 060 |
| Balancetes Mensais encaminhados as Câmaras Municipais | 044 |
| TOTAL | 244 |



- Atividades executadas pela Seção de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED

| PROCESSOS DIGITALIZADOS | QUANTIDADE |
|--------------------------------|-------------------|
| Aposentadoria | 10 |
| Prestação de Contas Estadual | - |
| Prestação de Contas Municipal | 02 |
| Admissão de Pessoal | 02 |
| Representação | 01 |
| Parcelamento de Multa | 03 |
| TOTAL | 18 |

| ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | QUANTIDADE |
|---|-------------------|
| Portarias de Aposentadorias para Devolução ao Órgão de Origem | 1.705 |
| Controle Documentos/Processos no eTCE | 18 |
| TOTAL | 1.723 |

9.4. Gestão de Licitações e Contratos

Compete à Comissão Permanente de Licitações – CPL, constituída de três servidores designados pelo Presidente e presidida por um deles, realizar os procedimentos de licitação pública, expedir editais e demais atos convocatórios, analisar e julgar documentos de habilitação, propostas técnicas e de preço apresentadas pelos licitantes, e demais atividades correlacionadas.

Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados no período:

- Processos licitatórios de Inexigibilidade

| Nº DO PROCESSO | Nº DO CONTRATO | CONTRATADO CNPJ/CPF | OBJETO | VALOR | PUBLIC. INEX. |
|----------------|----------------|--|---|-----------------|--------------------------------|
| TC/002694/16 | 03/16 | Editora Fórum CNPJ: 41.769.803/0001-92 | Aquisição de biblioteca digital de direito. | R\$: 162.100,00 | DOE – TCE N° 73/16 22/04/2016 |
| TC/007798/16 | 05/16 | Marília Fiuza Coaching LTDA ME CNPJ: 14.561.595/0001-69 | Palestra motivacional | R\$: 7.800,00 | DOE – TCE N° 83/16 06/05/2016 |
| TC/008158/16 | 06/16 | Mareli Móveis Para Escritórios CNPJ: 88.766.936/0001-79 | Aquisição de móveis novos. | R\$: 422.591,60 | DOE – TCE N° 86/16 11/05/2016 |
| TC/007665/16 | 07/16 | Devmedia Editora Comunicação E Design | Aquisição de assinatura de publicações. | R\$: 718,00 | DOE – TCE N° 99/16 31/05/2016 |
| TC/009844/16 | 08/16 | Amana Key Desenvolvimento E Educação. CNPJ: 67.129.833/0001-28 | Curso de gestão avançada | R\$: 346.940,00 | DOE – TCE N° 100/16 01/06/2016 |
| TC/004030/16 | 09/16 | CAELUM – Aovs Sistemas De Informática LTDA CNPJ: 05.555.38/0001-33 | Treinamento de técnicos do TCE/PI | R\$: 48.400,00 | DOE – TCE N° 96/16 25/05/2016 |
| TC/010126/16 | 10/16 | Elevadores Atlas Schindler S/A CNPJ: 00.028.986/0001-44 | Manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças. | R\$: 26.400,00 | DOE – TCE N° 96/16 25/05/2016 |
| TC/010054/16 | 11/16 | BRyu Tecnologia S.A. CNPJ: 04.441.528/0001-57 | Contratação de serviços de suporte técnico e atualização de software. | R\$: 13.200,00 | DOE – TCE N° 112/16 16/06/16 |

- Contratos

| Nº DO PROCESSO | Nº DO CONTRATO | CONTRATADO CNPJ/CPF | OBJETO | VALOR | PUBLIC. CONTRATO |
|----------------|----------------|---|---|---------------|-------------------------------|
| TC/017660/14 | CA 07/16 | K.C.R.S. Comercio Equipamentos EIRELI – EPP CNPJ/MF: 21.971.041/0001-03 | Aquisição de material e equipamento hospitalar. | R\$: 2.534,00 | DOE - TCE N° 94/16 23/05/2016 |

| Nº DO PROCESSO | Nº DO CONTRATO | CONTRATADO CNPJ/CPF | OBJETO | VALOR | PUBLIC. CONTRATO |
|----------------|----------------|--|---|-----------------|------------------------------------|
| TC/002416/16 | CA 08/16 | CLARO S/A CNPJ: 40.432.544/0001-47 | Prestação de serviço de acesso à internet. | R\$: 125.829,82 | DOE - TCE Nº 93/16 20/05/2016 |
| TC/005972/16 | CA 09/16 | Alocar-Locadora De Veculos, Máquinas E Equipamentos LTDA. CNPJ: 04.470.925/0001-57 | Contratação de empresa para locação de veículos tipo van e camioneta. | R\$: 182.787,84 | DOE - TCE Nº 82/16 05/05/2016 |
| TC/002624/16 | CA 10/16 | EDITORA FORUM LTDA. CNPJ: 41.769.803/0001-92 | Aquisição da BID - Biblioteca Digital Fórum (Biblioteca Digital Fórum de Direito (Periódicos) e Biblioteca Digital Fórum de Códigos) | R\$: 162.100,00 | DOE - TCE Nº 83/16 06/05/2016 |
| TC/008158/16 | CA 11/16 | MARELLI MÓVEIS PARA ESCRITORIO LTDA. CNPJ:88.766.936/0001-79 | Aquisição móveis para o Tribunal de Contas do Estado do Piauí. | R\$: 422.591,60 | DOE - TCE Nº 86/16 11/05/2016 |
| TC/011158/16 | CA 12/16 | TECH CELL COMERCIAL LTDA-ME. CNPJ: 23.203.733/0001-29 | Aquisição, instalação e configuração de pentes de Memória RAM para upgrade dos servidores HP Proliant DL380 G7 e HP Proliant DL380 G5 integrante da infraestrutura de TI do TCE-PI. | R\$: 50.300,00 | DOE - TCE Nº 89/16 16/05/2016 |
| TC/005204/16 | CA 14/16 | Telemar Norte Leste S.A CNPJ: 05.818.935/0001-01 | Contratação de link dedicado de internet. | R\$: 154.636,08 | DOE - TCE Nº 01/2016 02/06/2016 |
| TC/009666/16 | CA 15/16 | GM de Moura Barros - EPP CNPJ: 04.453.760/0001-05 | Fornecimento de alimentação. | R\$: 12.450,00 | DOE - TCE Nº 103/16 03/06/2016 |
| TC/010379/16 | CA 16/16 | Gráfica e Editora do Povo CNPJ: 23.523.004/0001-50 | Fornecimento diário de 9 unidade do jornal. | R\$: 6.300,00 | DOE - TCE Nº 112/16 16/06/2016 |
| TC/010379/16 | CA 17/16 | Sistema Meio Norte de Comunicação. CNPJ: 00.361.945/0001-01 | Fornecimento diário de 9 unidade do jornal. | R\$: 4.860,00 | DOE - TCE Nº 112/16 16/06/2016 |
| TC/010379/16 | CA 18/16 | O Dia Agência LTDA. CNPJ: 05.700.724/0001-61 | Fornecimento diário de 9 unidade do jornal. | R\$: 6.300,00 | DOE - TCE Nº 112/16 16/06/2016 |
| TC/010054/16 | CA 19/16 | Bry Tecnologia S.A | Suporte técnico e atualização de software para os sistemas Bry signer SDK e BRY PDDE SDK | R\$: 13.200,00 | DOE - TCE Nº 121/16 29/06/2016 |

• Termos Aditivos

| Nº DO PROCESSO | Nº DO CONTRATO | CONTRATADO CNPJ/CPF | OBJETO | VALOR | PUBLIC. ADITIVO |
|----------------|-------------------------------|---|--|----------------|---|
| TC/010001/16 | TA 01/16 CONT.1 2/16 | Tech Cell Comercial LTDA-ME CNPJ: 23.203.733/0001-29 | Supressão de valores constantess no contrato. | R\$: 49.406,50 | DOE – TCE Nº 118/2016 24/06/2016 |
| TC/010210/16 | TA 01/16 CONT. 13/15 | Imobiliária Lima Aguiar CNPJ: 23.621.451/0001- 41 | Prorrogação do prazo de vigência do contrato. | R\$: 21.243,24 | DOE – TCE Nº 118/2016 24/06/2016 |
| TC/008526/16 | TA 01/16 CONT. 02/16 | Eficácia Projetos e Consul. Ltda CNPJ: 06.301.115/0001-00 | Prorrogação do prazo de execução do contrato. | - | DOE – TCE Nº 118/2016 24/06/2016 |
| TC/021624/16 | TA 02/16 CONT. 23/14 | Agatha Serviços Gerais Ltda. CNPJ: 08.483.447/0001-70 | Reajuste do valor do contrato. | R\$: 87.885,63 | DOE – TCE Nº 63/2016 07/04/2016 |
| | TA 07/16 P. U. 01/07 | Barão Cozinha Ltda. CNPJ: 01.376.924/0001- 50 | Prorrogação do prazo de vigência do termo de permissão de uso de bem público. | - | DOE – TCE Nº 109/2016 13/06/2016 |

• Processos Licitatórios de Dispensa

| Nº DO PROCESSO | Nº DA DISPENSA | CONTRATADO CNPJ/CPF | OBJETO | VALOR | PUBLIC. |
|----------------|----------------|--|---|----------|---------|
| TC/003451/16 | 19/16 | DISTRIBUIDORA BIG BENN S.A (BIG BEM) CNPJ: 83.754.234/0112-77 DONALDO DIE NOGUEIRA EIRELI (DENTAL TERESINA) CNPJ: 02.470.780/0001-69 DIMENSÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – ME (DIMENSÃO DISTRIBUIDORA) CNPJ: 02.956.130/0001-28 IMIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMÉTICOS S/A (EXTRAFARMA) CNPJ: 04.899.316/0210-34 ODONTOCENTER PRODUTOS MÉDICOS ODONTOLÓGICOS LTDA (ODONTOCENTER) CNPJ: 02.274.517/0001-02 OMETAC DENTAL LTDA – EPP (OMETAC DENTAL) CNPJ: 35.148.683/0001-03 EMPREENDEMENTOS PAGUE MENOS S/A | Compra de medicamentos, materiais odontológicos e fisioterápicos. | 3.936,33 | x |

| Nº DO PROCESSO | Nº DA DISPENSA | CONTRATADO CNPJ/CPF | OBJETO | VALOR | PUBLIC. |
|----------------|----------------|---|--|---------------|---------|
| | | (PAGUE MENOS) CNPJ: 06.626.253/0096-12 REMAC ODONTOMEDICA HOSPITALAR LTDA (REMAC) CNPJ: 06.861.405/0001-09 SHOPPING FISIO COMFORT LTDA – ME (SHOPPING DO FISIOTERAPEUTA) CNPJ: 09.482.096/0001-46 ISABEL MARIA MOURA VARÃO MELO (TAO CENTER) CNPJ: 15.709.616/0001-03 UNIBRAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP (UNIBRAL) CNPJ: 04.989.121/0001-69 | | | |
| TC/005560/16 | 20/16 | Tamara Santa Rosa Martins CPF: 305.971.963-20 | Solicitação de Coffee- Break. | R\$: 7.200,00 | x |
| TC/007399/16 | 22/16 | Kative Floricultura LTDA. CNPJ: 03.743.482/0001- 68 | Aquisição de arranjo floral. | R\$: 380,00 | x |
| TC/007779/16 | 23/16 | Favoritos Empreendimentos LTDA CNPJ: 5.872.662/0002- 56 | Realização de almoço para integrantes da Jornada Científica do Instituto Rui Barbosa. | R\$: 1.575,00 | x |
| TC/007798/16 | 24/16 | Palácio do Rio Hotel. CNPJ: 11.595.485/0001-20 | Hospedagem para palestrante. | R\$: 198,00 | x |
| TC/008152/16 | 25/16 | J. P. de Oliveira Neto ME CNPJ: 1.523.358/0001-86 | Aquisição de camisas personalizadas. | R\$: 943,50 | x |
| TC/008374/16 | 26/16 | Gráfica do Povo LTDA. CNPJ: 4.202.993/0001- 35 | Contrato de empresa Gráfica | R\$: 750,00 | x |
| TC/007084/16 | 27/16 | A Fernandes Gomes. CNPJ: 04.141.417/0002-06 | Solicitação de aquisição de equipamento de som para o auditório. | R\$: 1.690,00 | x |
| TC/001638/15 | 28/16 | Elvira Oliveira Costa Belleza do Nascimento CNPJ: 275.060.883-04 | Confecção de Beca. | R\$: 850,00 | x |
| TC/008400/16 | 29/16 | S.L.B. CAPOTARIA. CNPJ: 21.580.588/0001-70 | Reforma de Poltronas. | R\$: 800,00 | x |
| TC/008745/16 | 30/16 | Tamara Santa Rosa Martins. CNPJ: 305.971.963-20 | Realização de café da manhã em comemoração ao dia das mães. | R\$: 6.000,00 | x |
| TC/009220/16 | 31/16 | Elvira Oliveira Costa Belleza do Nascimento CNPJ: 275.060.883-04 | Solicitação de aquisição de 5 capas para servidores do TCE-PI | R\$: 300,00 | x |

| Nº DO PROCESSO | Nº DA DISPENSA | CONTRATADO CNPJ/CPF | OBJETO | VALOR | PUBLIC. |
|----------------|----------------|--|---|---------------|---------|
| TC/008630/16 | 32/16 | J L Soares da Silva Eireli- EPP CNPJ: 21.600.719/0001- 33 | Revisão de veículo | R\$: 410,00 | x |
| TC/009568/16 | 33/16 | Foto Nacional Ltda - ME CNPJ: 63.519.953/0001- 80 | Realização de registro fotográfico | R\$: 2.000,00 | x |
| TC/009646/16 | 34/16 | V B de Oliveira Equipamentos Para Segurança Me - Protemac CNPJ: 14.267.345/0001- 10 | Aquisição de extintores e Sinalização | R\$: 5.490,00 | x |
| TC/009404/16 | 35/16 | Super Auto Comercio e Servicos Automotivos Ltda - Me CNPJ: 63.519.953/0001- 80 | Manutenção de veículo | R\$: 3.880,00 | x |
| TC/009882/16 | 36/16 | Kative Floricultura LTDA. CNPJ: 03.743.482/0001- 68 | Aquisição de arranjo tropical | R\$: 415,00 | x |
| TC/010259/16 | 37/16 | Galan Vídeo Produções e Locações Ltda. CNPJ: 41.506.932/0001- 98 | Locação de climatizadores | R\$: 600,00 | x |
| TC/010320/16 | 38/16 | Manufatura Gloria Bandeiras e Bordados Ltda. CNPJ: 60.858.107/0001- 05 | Aquisição de bandeiras | R\$: 2.405,00 | x |
| TC/010852/16 | 39/16 | J L Soares Da Silva Eireli- Epp CNPJ 21.600.719/0001- 33 | Manutenção de veículo | R\$: 700,00 | x |

10. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

A Escola de Gestão e Controle é responsável por promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do TCE/PI e a difusão de conhecimento aos jurisdicionados e à sociedade civil.

Durante o segundo trimestre a EGC desenvolveu por iniciativa própria ou por demanda, as seguintes atividades de qualificação e capacitação:

| EVENTO | ABR | MAI | JUN | CARGA HORÁRIA | QUANTIDADE DE PARTICIPANTES |
|--|-----|-----|-----|---------------|-----------------------------|
| Curso Completo de Capacitação em Pregão Presencial e Eletrônico | x | | | 32h | 06 |
| Reunião Técnica do Comitê de Aperfeiçoamento Profissional - IRB | x | | | 08h | 02 |
| Curso de Francês para Iniciantes | x | | | 20h | 06 |
| Curso de Engenharia-Autocad Civil 3D (1ª Turma) | x | | | 40h | 09 |
| 58º Curso de Administração Orçamentária e Financeira | x | | | 40h | 03 |
| Sistema de Controle Interno | x | | | 08h | 01 |
| Audiência Pública (O Custeio Constitucionalmente Adequado da Educação e Saúde e o Papel do MP Diante da Crise Fiscal e da Necessidade do Equilíbrio Federativo) | x | | | 04h | 01 |
| 1º Congresso Internacional de Contas Públicas | x | | | 16h | 01 |
| Arrecadação, Aplicação de Recursos e Prestação de Contas de Campanhas Eleitorais de Candidatos e Partidos Políticos | x | | | 08h | 01 |
| Programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho | x | | | 20h | 10 |
| Português Básico I | x | | | 20h | 09 |
| Pós-Graduação em Direito (Disciplina: Processo nos Tribunais de Contas) | x | | | 30h | 43 |
| Treinamento sobre Improbidade Administrativa | x | | | 16h | 32 |
| Seminário de Terapia Comunitária | x | | | 04h | 63 |
| Treinamento: Matrizes de Responsabilidade do TCE | x | | | 02h | 08 |
| XXVIII Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante (palestras e mini-cursos) | x | | | 16h | 1.250 |
| M20463-Implementação de um data warehouse com o Microsoft SQL server 2014 | | x | | 40h | 02 |
| Acessibilidade: Pensando a Inclusão em Nosso Contexto de Trabalho | | x | | 24h | 01 |
| Noções Gerais em Processo Civil | | x | | 10h | 78 |
| Formalização de Processo de Compras e Contratações | | x | | 10h | 18 |

| EVENTO | ABR | MAI | JUN | CARGA HORÁRIA | QUANTIDADE DE PARTICIPANTES |
|--|-----|-----|-----|---------------|-----------------------------|
| 14º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública | | x | | 16h | 02 |
| Treinamento: Introdução à Fiscalização Estadual e Municipal | | x | | 02h | 31 |
| Curso de Engenharia-Autocad Civil 3D (2ª Turma) | | x | | 40h | 08 |
| Reunião Técnica de Auditoria e Receitas | | x | | 08h | 08 |
| 11º Curso de Análise LAB-LD | | x | | 40h | 02 |
| 84º Seminário de Agentes Públicos Municipais | | x | | 30h | 01 |
| Curso de Redação Oficial | | x | | 12h | 11 |
| Curso: Atualização em Processo Civil | | x | | 40h | 16 |
| Congresso Íbero Americano de Direito e Controle | | x | | | 03 |
| Curso de Francês para Iniciantes | | x | | 20h | 06 |
| Curso de Engenharia-Autocad Civil 3D (1ª Turma) | | x | | 40h | 09 |
| XXIX Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante (palestras e mini-cursos) | | x | | 16h | 534 |
| Curso: Ginástica Laboral-Variar para Motivar | | | x | 16h | 02 |
| Curso de Francês para Iniciantes | | | x | 20h | 06 |
| Curso: Atualização em Processo Civil | | | x | 40h | 16 |
| Curso de Redação Oficial | | | x | 12h | 11 |
| 11º Curso de Análise LAB-LD | | | x | 40h | 02 |
| Curso de Engenharia-Autocad Civil 3D (2ª Turma) | | | x | 40h | 08 |
| Reunião Técnica de Auditoria e Receitas | | | x | 08h | 08 |
| Formalização de Processo de Compras e Contratações | | | x | 10h | 18 |
| 7º Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos TC's do Brasil | | | x | 16h | 01 |
| Workshop de Consolidação de Análises e Discussão de Achados de Auditoria | | | x | 40h | 03 |
| Curso: Gestão Tributária de Contratos e Convênios | | | x | 24h | 03 |
| Gerenciamento de Projetos-Avançado | | | x | 40h | 01 |
| 6º Congresso de Gestão de Pessoas | | | x | 16h | 09 |
| Parcerias na Administração Pública, com ênfase nos contratos de Gestão e no Regime Jurídico das Parcerias Voluntárias. | | | x | 24h | 03 |
| JAVA (Java one conference) | | | x | 24h | 04 |
| 3º Contratos Week- Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos | | | x | 34h | 05 |
| Poder Judiciário: Orçamento, Gestão e Políticas Públicas | | | x | 16h | 01 |
| Capacitação e Aperfeiçoamento de Pregoeiro e Equipe de Apoio | | | x | 24h | 01 |



| EVENTO | ABR | MAI | JUN | CARGA HORÁRIA | QUANTIDADE DE PARTICIPANTES |
|--|------------|------------|------------|----------------------|------------------------------------|
| APG Amana-key Programa de Gestão Avançada | | | x | 32h | 41 |
| Novo Código de Processo Civil | | | x | 20h | 05 |
| Conferência Técnica da América Latina | | | x | 24h | 05 |
| XXX Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante (palestras e mini-cursos) | | | x | 16h | 716 |
| XXXI Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante (palestras e mini-cursos) | | | x | 16h | 296 |
| TOTAL | | | | | 3340 |